Demonstrações Contábeis

Oceânica Engenharia e Consultoria S.A.

31 de dezembro de 2020
com Relatório do Auditor Independente

Oceânica Engenharia e Consultoria S.A.

Demonstrações contábeis

31 de dezembro de 2020 e 2019

Índice

Relatório do auditor independente sobre as demonstrações contábeis.....1

Demonstrações contábeis auditadas

Balanço patrimonial 4
Demonstração do resultado 6
Demonstração do resultado abrangente 7
Demonstração das mutações do patrimônio líquido.....8
Demonstração do fluxo de caixa.....9
Notas explicativas às demonstrações contábeis 10

Centro Empresarial PB 370
Praia de Botafogo, 370
6º ao 10º andar - Botafogo
22250-040 - Rio de Janeiro - RJ - Brasil
Tel: +55 21 3263-7000
ey.com.br

Relatório do auditor independente sobre as demonstrações contábeis

Aos
Administradores e Acionistas da
Oceânica Engenharia e Consultoria S.A.
Rio de Janeiro - RJ

Opinião

Examinamos as demonstrações contábeis da Oceânica Engenharia e Consultoria S.A. ("Companhia"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2020 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Oceânica Engenharia e Consultoria S.A. em 31 de dezembro de 2020, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis". Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Outras informações que acompanham as demonstrações contábeis e o relatório do auditor

A administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da administração, cuja expectativa de recebimento é posterior à data deste relatório.

Nossa opinião sobre as demonstrações contábeis não abrange o Relatório da administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações contábeis, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da administração, quando ele nos for disponibilizado, e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações contábeis ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante.

Uma empresa-membro da Ernst & Young Global Limited

Building a better working world

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações contábeis

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações contábeis, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detecta as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtivemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtivemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.

- Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance e da época dos trabalhos de auditoria planejados e das constatações significativas de auditoria, inclusive as deficiências significativas nos controles internos que eventualmente tenham sido identificadas durante nossos trabalhos.

Rio de Janeiro, 10 de setembro de 2021.

ERNST & YOUNG
Auditores Independentes S.S.
CRC-2SP015199/O-6

Marcelo Felipe L. de Sá
Contador CRC-1RJ094644/O-0

Oceânica Engenharia e Consultoria S.A.

Balanço patrimonial
31 de dezembro de 2020 e 2019
(Em milhares de reais)

	Nota	2020	2019
Ativo			
Circulante			
Caixa e equivalentes de caixa	4	**33.066**	12.852
Aplicações financeiras, restrita	9	**6.139**	-
Contas a receber, liquido	5(a)	**32.203**	52.323
Estoques	6	**3.889**	2.144
Adiantamentos a fornecedores	7	**4.772**	1.101
Impostos a recuperar	8(a)	**12.254**	13.340
Retenção contratual	5(b)	**7.108**	3.199
Outros ativos circulantes		**1.337**	305
Total do ativo circulante		**100.768**	85.264
Não circulante			
Aplicações financeiras, restrita	9	**-**	6.012
Depósitos judiciais	10	**6.973**	6.367
Retenção contratual	5(b)	**2.846**	4.793
Direito de uso	11	**3.801**	-
Imobilizado	12	**148.806**	99.124
Intangível	13	**1.536**	1.647
Total do ativo não circulante		**163.962**	117.943
Total do ativo		**264.730**	203.207

	Nota	2020	2019
Passivo			
Circulante			
Fornecedores		**26.016**	10.716
Arrendamento a pagar	11	**772**	-
Empréstimos e financiamentos	14	**71.805**	42.873
Salários e encargos sociais	15	**10.794**	8.943
Impostos e contribuições a recolher	16	**10.166**	10.194
Juros sobre capital próprio a pagar	20	**4.421**	4.560
Parcelamento de impostos		**420**	209
Outras obrigações		**-**	22
Total do passivo circulante		**124.394**	77.517
Não circulante			
Provisão para contingências	19	**2.149**	2.220
Arrendamento a pagar	11	**3.165**	-
Empréstimos e financiamentos	14	**55.706**	15.155
Imposto de renda e contribuição social diferidos	8(b)	**4.261**	16.740
Parcelamento de impostos		**60**	830
Total do passivo não circulante		**65.341**	34.945
Patrimônio líquido	20		
Capital social		**30.000**	30.000
Reserva de lucros		**44.995**	60.745
Total do patrimônio líquido		**74.995**	90.745
Total do passivo e do patrimônio líquido		**264.730**	203.207

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

Oceânica Engenharia e Consultoria S.A.

Demonstração do resultado
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2020 e 2019
(Em milhares de reais)

	Nota	2020	2019
Receita bruta de vendas e serviços prestados		**201.298**	270.391
Deduções da receita		**(22.152)**	(29.994)
Receita líquida de vendas e serviços prestados	21	**179.146**	240.397
Custos das vendas e dos serviços prestados	22	**(141.777)**	(139.224)
Lucro bruto		**37.369**	101.173
(Despesas)/receitas operacionais			
Despesas administrativas	23	**(37.960)**	(34.425)
Outras receitas (despesas) operacionais	23	**6.138**	(3.769)
Lucro antes do resultado financeiro e dos impostos		**5.547**	62.979
Resultado financeiro	24		
Receitas financeiras		**4.538**	1.433
Despesas financeiras		**(9.205)**	(5.605)
Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social		**880**	58.807
Imposto de renda e contribuição social correntes	17	**(11.477)**	(9.281)
Imposto de renda e contribuição social diferidos	17	**12.479**	(9.148)
Lucro líquido do exercício		**1.882**	40.378

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

Oceânica Engenharia e Consultoria S.A.

Demonstração do resultado abrangente
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2020 e 2019
(Em milhares de reais)

	2020	2019
Lucro líquido do exercício	**1.882**	40.378
Outros resultados abrangentes	**-**	-
Total do resultado abrangente do exercício	**1.882**	40.378

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

Oceânica Engenharia e Consultoria S.A.

Demonstração das mutações do patrimônio líquido
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2020 e 2019
(Em milhares de reais)

			Reservas de lucros			
	Capital social	**Reserva de reavaliação**	**Reserva legal**	**Retenção de lucros**	**Lucros acumulados**	**Total**
Saldos em 31 de dezembro de 2018	30.000	-	-	-	33.312	63.312
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	40.378	40.378
Destinação do lucro:						
Constituição da reserva legal	-	-	2.019	-	(2.019)	-
Distribuição de dividendos	-	-	-	-	(8.653)	(8.653)
Juros sobre capital próprio	-	-	-	-	(4.292)	(4.292)
Destinação para reserva de retenção de lucros	-	-	-	58.726	(58.726)	-
Saldos em 31 de dezembro de 2019	30.000	-	2.019	58.726	-	90.745
Lucro líquido do exercício	**-**	**-**	**-**	**-**	**1.882**	**1.882**
Destinação do lucro:						
Constituição da reserva legal	**-**	**-**	**94**	**-**	**(94)**	**-**
Distribuição de dividendos	**-**	**-**	**-**	**(13.504)**	**-**	**(13.504)**
Juros sobre capital próprio	**-**	**-**	**-**	**(4.128)**	**-**	**(4.128)**
Destinação para reserva de retenção de lucros	**-**	**-**	**-**	**1.788**	**(1.788)**	**-**
Saldos em 31 de dezembro 2020	**30.000**	**-**	**2.113**	**42.882**	**-**	**74.995**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

Oceânica Engenharia e Consultoria S.A.

Demonstração do fluxo de caixa
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2020 e 2019
(Em milhares de reais)

	2020	2019
Fluxos de caixa das atividades operacionais		
Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social	**880**	58.807
Ajustes por		
Depreciação e amortização	**12.120**	8.296
Perda ou (ganho) na alienação de ativos	**-**	53
Juros e variações monetárias	**3.700**	3.546
Provisão (reversão) para perdas de crédito esperadas para contas a receber	**(1.017)**	5.581
Constituição (baixa) de outras provisões	**1.226**	41
Total de ajustes	**16.909**	76.324
Variações nos ativos e passivos:		
(Aumento) diminuição em contas a receber	**21.137**	(39.805)
(Aumento) em estoques	**(1.745)**	(359)
(Aumento) diminuição em adiantamento a fornecedores	**(3.671)**	348
(Aumento) diminuição em impostos a recuperar	**1.087**	(4.005)
(Aumento em retenção contratual	**(1.960)**	(2.259)
(Aumento) diminuição outros ativos	**(1.032)**	(238)
(Aumento) em depósitos judicais	**(606)**	(3.258)
Aumento em fornecedores	**15.300**	7.925
Aumento em salários e encargos sociais	**554**	537
Diminuição de outras obrigações	**(23)**	-
Diminuição em juros sobre capital próprio a pagar	**(139)**	(1.288)
Pagamento de multas contratuais - TAE	**-**	(21.025)
Pagamento de outras multas contratuais	**-**	(890)
Pagamento de parcelamento de impostos	**(560)**	(181)
Pagamentos de juros sobre emprestimos	**(3.906)**	(2.725)
Imposto de renda e contribuição social pagos	**(11.986)**	(4.166)
Caixa líquido gerado pelas atividades operacionais	**29.359**	4.935
Fluxos de caixa das atividades de investimentos		
Investmentos em aplicações financeiras restrito	**(127)**	(267)
Compra de ativo imobilizado	**(61.048)**	(4.322)
Aquisições ativo intangível	**(31)**	(27)
Caixa líquido aplicado nas atividades de investimentos	**(61.206)**	(4.616)
Fluxos de caixa das atividades de financiamentos		
Empréstimos tomados de terceiros	**120.464**	31.301
Arrendamentos pagos	**(477)**	-
Empréstimos pagos	**(50.774)**	(20.188)
Dividendos e juros sobre capital próprio pagos	**(17.152)**	(12.301)
Caixa líquido consumido (gerado) pelas atividades de financiamento	**52.061**	(1.188)
Aumento (redução) líquido do caixa e equivalentes de caixa	**20.214**	(869)
Caixa e equivalentes de caixa		
No início do exercício	**12.852**	13.720
No fim do exercício	**33.066**	12.852
Aumento (redução) líquido do caixa e equivalentes de caixa	**20.214**	(869)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

1. Informações sobre a Companhia

A Oceânica Engenharia e Consultoria S.A. ("Oceânica" ou "Companhia") é uma sociedade anônima, com sua sede e foro na Rua Victor Civita 66, bloco 1, sala 624, com filiais no Rio de Janeiro Capital, Rio das Ostras e Macaé.

A Oceânica foi fundada em 1978 com objetivo de atuar na segurança operacional principalmente de ativos offshore buscando a prevenção de incidentes e acidentes que normalmente decorrem de má manutenção preventiva. Nesse sentido, a Companhia atua fortemente no mercado de inspeções, manutenções, reparo, contingenciamento e obras subaquáticas em apoio a grandes obras e projetos no setor elétrico, óleo e gás, mineração e portuário. As principais áreas de atuação da Companhia são: prevenção, através de inspeção, manutenção e reparo em águas rasas utilizando mergulhadores e ROVs ("*Remotely Operated Vehicle*") e em águas profundas utilizando ROVs; contingenciamento, utilizando mergulhardores e ROVs em águas rasas e profundas e engenharia offshore.

A partir de 1987, a Companhia passou a concentrar suas atividades junto à indústria de óleo e gás, onde é uma das principais provedoras de serviços de IMR ("*Inspection, Maintenance and Repair*") e Contingenciamento, prestando serviço em lâminas d´agua que vão de de 0 a 3000 metros de profundidade.

Em 2000, a Oceânica iniciou uma nova linha de negócio relacionada com a prestação de serviços de engenharia submarina. Desde então, a Companhia realizou diversos tipos de atividades como correção de vãos livres, comissionamento, descomissionamento, lançamento de cabos, entre outras.

Durante esses mais de mais de 42 anos de serviços ininterruptos a Oceânica conquistou sólido relacionamento comercial e reputação junto aos seus clientes, em especial, a Petróleo Brasilleiro S.A. ("Petrobras"), que é a maior produtora de óleo e gás offshore do Brasil. Em 2020 a Companhia realizou diversos tipos de atividades atendendo a contratos licitados pela Petrobras como correção de vãos livres, reparo, comissionamento, descomissionamento de dutos, lançamento de cabos, entre outros que totalizaram mais de R$198 milhões de receita bruta (R$208 milhões em 2019).

Impactos relacionados a crise da COVID19

Em março de 2020, o Senado Federal reconheceu estado de calamidade pública no Brasil devido à pandemia causada pelo SARS-COV-2. A Administração da Companhia tem acompanhado atentamente os impactos da COVID-19 nos mercados mundiais e, em especial, no mercado brasileiro. Nesse sentido, a Companhia vem tomando diversas medidas preventivas e mitigatórias em linha com os direcionadores estabelecidos pelas autoridades de saúde nacionais e internacionais visando minimizar, tanto quanto possível, eventuais impactos decorrentes da pandemia, no que se refere à segurança de nossos profissionais e à continuidade dos negócios.

1. **Informações sobre a Companhia**--Continuação

Impactos relacionados a crise da COVID19--Continuação

Os impactos econômico-financeiros causados pela COVID-19 começaram a ser observados na Companhia a partir do mês de março de 2020, com duas paradas não programadas, de uma das embarcações.

Considerando que nossos serviços são prestados em atividades consideradas essenciais, enfrentamos o desafio de manter as nossas operações em pleno funcionamento, adaptando as nossas rotinas de trabalho para incluir novos protocolos de saúde e segurança.

A seguir apresentamos as principais ações tomadas pela Companhia:

- Adoção do trabalho remoto de “home office“ para as funções administrativas;
- Redução do número de profissionais nas bases operacionais;
- Campanha de comunicação interna e externa para compartilhamento de informações e orientações qualificadas;
- Protocolo de Saúde, Meio Ambiente e Segurança - SMS com medidas não farmacológicas de proteção e planos de contingência com ações para casos suspeitos / confirmados, obrigatoriedade uso de máscaras, medição obrigatória de temperatura e outras medidas incluídos na segurança da força de trabalho;
- Fornecimento de transporte para os colaboradores, a fim de evitar o transporte público;
- Implementação de período de quarentena em hotel para a tripulação antes da data do embarque;
- Normas de distanciamento social seguro, no uso de espaços compartilhados, como: salas, banheiros e refeitórios;
- Adaptação das rotinas de trabalho para incluir novos protocolos de saúde e segurança;
- Compras e disponibilização de equipamentos de proteção individual específicos, itens de higienização e equipamentos clínicos para os colaboradores em suas atividades, bem como, nos casos de isolamento (disponibilização de álcool gel e distribuição de máscaras de proteção);
- Realização de testes rápidos de COVID-19 nos colaboradores, antes de embarques e treinamentos e sempre que necessários;
- Diferimento de recolhimento tributário em linha com incentivos governamentais; e
- Adequação do fluxo de caixa e cessões de crédito oriundo do contas a receber.

1. Informações sobre a Companhia--Continuação

Impactos relacionados a crise da COVID19--Continuação

As medidas supramencionadas geraram um incremento substancial nos custos com a logística de pessoal, hospedagem em função das quarentenas individuais e gastos com realização de testes do tipo PCR-RT antes do período de quarentena e pré-embarque, entre outras despesas, que fizeram com que a margem bruta e lucro líquido da Companhia fossem diretamente impactados de forma negativa pela crise sanitária.

Em 31 de dezembro de 2020 a Companhia apurou capital circulante negativo de R$ 23.626. Ainda observou-se uma redução de aproximadamente 25% nas atividades do exercício quando comparado ao ano de 2019 em função do término e não renovação de um contrato relevante. A Companhia possui expectativa de reversão do capital circulante líquido negativo apurado em 31 de dezembro de 2020, por meio do aumento de suas operações no exercício subsequentemente, principalmente em função dos projetos relevantes divulgados na Nota 27.

2. Elaboração e apresentação das demonstrações contábeis

a) Declaração de conformidade com as práticas contábeis do Brasil e as normas do Comitê de Pronuciamentos Contábeis (CPC)

As demonstrações contábeis foram elaboradas e estão sendo apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e os pronunciamentos contábeis emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC).

Adicionalmente, a Companhia considerou as orientações emanadas da Orientação Técnica OCPC 07, emitida pelo CPC em novembro de 2014, na preparação das suas demonstrações contábeis. Dessa forma, as informações relevantes próprias das demonstrações contábeis estão sendo evidenciadas e correspondem às utilizadas pela Administração na sua gestão.

A emissão destas demonstrações contábeis foi autorizada pela Administração em 10 de setembro de 2021.

b) Julgamentos, estimativas e premissas contábeis significativas

Julgamentos

A preparação das demonstrações contábeis requer que a Administração faça julgamentos, estimativas e adote premissas que afetam os valores apresentados de receitas, despesas, ativos e passivos, e as respectivas divulgações, bem como as divulgações de passivos contingentes.

2. Elaboração e apresentação das demonstrações contábeis--Continuação

b) Julgamentos, estimativas e premissas contábeis significativas--Continuação

Estimativas e premissas

As demonstrações contábeis foram elaboradas com apoio em diversas bases de avaliação utilizadas nas estimativas contábeis. As estimativas contábeis envolvidas na preparação das demonstrações contábeis foram apoiadas em fatores objetivos e subjetivos, com base no julgamento da Administração para determinação do valor adequado a ser registrado nas demonstrações contábeis. A liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores significativamente divergentes dos registrados nas demonstrações contábeis devido ao tratamento probabilístico inerente ao processo de estimativa. A Companhia revisa suas estimativas pelo menos anualmente. As principais premissas relativas a fontes de incerteza nas estimativas futuras e outras importantes fontes de incerteza em estimativas na data de reporte, envolvendo risco significativo de causar um ajuste significativo no valor contábil dos ativos e passivos no próximo exercício financeiro, são discutidas a seguir.

Perda por redução ao valor recuperável de ativos não financeiros

Uma perda por redução ao valor recuperável existe quando o valor contábil de um ativo ou unidade geradora de caixa excede o seu valor recuperável, que é o maior entre o valor justo líquido das despesas de venda e o valor em uso. O cálculo do valor justo, líquido das despesas de venda, é baseado em informações disponíveis de transações de venda de ativos similares ou preços de mercado menos as despesas de venda. O cálculo do valor em uso é baseado no modelo de fluxo de caixa descontado. Os fluxos de caixa derivam do orçamento para os próximos cinco anos e não incluem atividades de reorganização com as quais a Companhia ainda não tenha se comprometido ou investimentos futuros significativos que melhorarão a base de ativos da unidade geradora de caixa objeto de teste. O valor recuperável é sensível à taxa de desconto utilizada no método de fluxo de caixa descontado, bem como aos recebimentos de caixa futuros esperados e à taxa de crescimento utilizada para fins de extrapolação. A Administração não identificou indicativo de perda de valor recuperável dos ativos não financeiros nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2020 e 2019.

2. Elaboração e apresentação das demonstrações contábeis--Continuação

b) Julgamentos, estimativas e premissas contábeis significativas--Continuação

Estimativas e premissas--Continuação

Mensuração ao valor justo dos instrumentos financeiros

Quando o valor justo de ativos e passivos financeiros registrados no balanço patrimonial não pode ser mensurado com base em preços cotados nos mercados ativos, o valor justo é mensurado com base em técnicas de avaliação, incluindo o modelo de fluxo de caixa descontado. Os inputs considerados nesses modelos são obtidos de mercados observáveis, quando possível. Nas situações em que esses inputs não podem ser obtidos de mercados observáveis, um grau de julgamento é necessário para estabelecer os respectivos valores justos. Os julgamentos associados incluem avaliação do risco de liquidez, risco de crédito e volatilidade. Mudanças nas premissas relativas a esses fatores poderiam afetar o valor justo dos instrumentos financeiros.

Ajuste a valor presente de ativos e passivos

Os ativos e passivos monetários de longo prazo são atualizados monetariamente e, portanto, estão ajustados pelo seu valor presente. O ajuste a valor presente de ativos e passivos monetários de curto prazo é calculado, e somente registrado, se considerado relevante em relação às demonstrações contábeis tomadas em conjunto. Com base nas análises efetuadas e na melhor estimativa da Administração, a Companhia concluiu que o ajuste a valor presente de ativos e passivos monetários circulantes é irrelevante em relação às demonstrações contábeis tomadas em conjunto e, dessa forma, não registrou nenhum ajuste.

Provisões

Provisões são reconhecidas quando a Companhia tem uma obrigação presente (legal ou não formalizada) em consequência de um evento passado, é provável que benefícios econômicos sejam requeridos para liquidar a obrigação e uma estimativa confiável do valor da obrigação possa ser feita. Quando a Companhia espera que o valor de uma provisão seja reembolsado, no todo ou em parte, por exemplo por força de um contrato de seguro, o reembolso é reconhecido como um ativo separado, mas apenas quando o reembolso for praticamente certo. A despesa relativa a qualquer provisão é apresentada na demonstração do resultado, líquida de qualquer reembolso.

2. Elaboração e apresentação das demonstrações contábeis--Continuação

b) Julgamentos, estimativas e premissas contábeis significativas--Continuação

Provisões--Continuação

Provisão para perdas de crédito esperadas para contas a receber e ativos de contrato

A Companhia utiliza uma matriz de provisão risco para calcular a perda de crédito esperada para contas a receber e ativos de contrato. As taxas de provisão aplicadas são baseadas em dias de atraso para agrupamentos de vários segmentos de clientes que apresentam padrões de perda semelhantes (como, por exemplo, por região geográfica, tipo de produto ou tipo de cliente e risco de crédito, entre outras).

A matriz de provisão de risco baseia-se, inicialmente, nas taxas de perdas históricas observadas pela Companhia. A Companhia revisa a matriz de forma prospectiva para ajustá-la de acordo com a experiência histórica de perda de crédito. Por exemplo, se há expectativa de deterioração de condições econômicas previstas no próximo ano (por exemplo, o produto interno bruto) - o que pode levar a um aumento na inadimplência - as taxas de perda históricas são ajustadas. Em todas as datas de relatórios, as taxas de perdas históricas observadas são atualizadas e as mudanças nas estimativas prospectivas são analisadas.

A avaliação da correlação entre as taxas de perda histórica observadas, as condições econômicas previstas, e as perdas de crédito esperadas são uma estimativa significativa. A quantidade de perdas de crédito esperadas é sensível a mudanças nas circunstâncias e nas condições econômicas previstas. A experiência histórica de perda de crédito da Companhia e a previsão das condições econômicas também podem não representar o padrão real do cliente no futuro. As informações sobre as perdas de crédito esperadas sobre as contas a receber e ativos de contrato da Companhia estão divulgadas na Nota 5.

Provisões para riscos tributários, cíveis e trabalhistas

A Companhia reconhece provisão para causas cíveis e trabalhistas. A avaliação da probabilidade de perda inclui a avaliação das evidências disponíveis, a hierarquia das leis, as jurisprudências disponíveis, as decisões mais recentes nos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico, bem como a avaliação dos advogados externos. As provisões são revisadas e ajustadas para levar em conta alterações nas circunstâncias, tais como prazo de prescrição aplicável, conclusões de inspeções fiscais ou exposições adicionais identificadas com base em novos assuntos ou decisões de tribunais.

3. Principais políticas contábeis

A Companhia aplicou as políticas contábeis descritas abaixo de maneira consistente a todos os exercícios apresentados nestas demonstrações contábeis.

a) Classificação circulante *versus* não circulante

A Companhia apresenta ativos e passivos no balanço patrimonial com base na classificação circulante e não circulante. Um ativo é classificado no circulante quando: (i) se espera realizá-lo ou se pretende vendê-lo ou consumi-lo no ciclo operacional normal; (ii) for mantido principalmente para negociação; (iii) se espera realizá-lo dentro de 12 meses após o período de divulgação; e (iv) se trata de caixa ou equivalentes de caixa, a menos que haja restrições quanto à sua troca ou seja utilizado para liquidar um passivo por, pelo menos, 12 meses após o período de divulgação. Todos os demais ativos são classificados como não circulantes, incluindo os ativos fiscais diferidos.

Um passivo é classificado no circulante quando: (i) se espera liquidá-lo no ciclo operacional normal; for mantido principalmente para negociação; se espera realizá-lo dentro de 12 meses após o período de divulgação; e (ii) não há direito incondicional para diferir a liquidação do passivo por, pelo menos, 12 meses após o período de divulgação. A Companhia classifica todos os demais passivos no não circulante.

b) Reconhecimento de receita

A receita é reconhecida na extensão em que for provável que benefícios econômicos serão gerados para a Companhia e quando possa ser mensurada de forma confiável. A receita é mensurada com base no valor justo da contraprestação recebida, excluindo descontos, abatimentos e impostos ou encargos sobre vendas. A Companhia avalia as transações de receita de acordo com os critérios específicos para determinar se está atuando como agente ou principal e, ao final, concluiu que está atuando como principal em todos os seus contratos de receita.

Os critérios específicos, a seguir, devem também ser satisfeitos antes de haver reconhecimento de receita:

Prestação de serviços

A Companhia reconhece a parcela da receita com a prestação de serviços submarinos e de engenharia com base nas medições de seus clientes. As demais receitas são reconhecidas na extensão em que for provável que benefícios econômicos serão gerados para a Companhia, quando possam ser mensuradas de forma confiável e após atingidas as obrigações de performance dos contratos com seus clientes.

3. Principais políticas contábeis--Continuação

b) Reconhecimento de receita--Continuação

Prestação de serviços--Continuação

A receita da Companhia está subdividia em três principais classes de transações:

(i) Valores faturados - notas fiscais emitidas;

(ii) Valores a faturar - medição aprovada pelo cliente e obrigações de performance atingidas sem a respectiva emissão das notas fiscais; e

(iii) Estimativa pro-rata temporis - provisão de valores a faturar referente ao período cujos serviços foram prestados e as obrigações de performance atingidas.

As transações descritas nos itens (ii) e (iii) são consideradas diferenças temporárias para fins de apuração dos tributos diretos e indiretos e, portanto, geram efeito diferido passivo que é contabilizado para demonstrar a correta competência das obrigações tributárias.

Certos contratos de clientes podem possuir cláusulas de retenção contratual para riscos considerados solidários, sendo os respectivos valores recebidos pela Companhia apenas mendiante o término dos contratos e não se configuram desconto comercial.

Receita de juros

Para todos os instrumentos financeiros avaliados ao custo amortizado e ativos financeiros que rendem juros, a receita ou despesa financeira é contabilizada utilizando-se a taxa de juros efetiva, que desconta exatamente os pagamentos ou recebimentos futuros estimados de caixa ao longo da vida estimada do instrumento financeiro ou em um período de tempo mais curto, quando aplicável, ao valor contábil líquido do ativo ou passivo financeiro. A receita de juros é incluída na rubrica receita financeira, na demonstração do resultado.

c) Impostos

Imposto de renda e contribuição social - correntes

A tributação sobre o lucro compreende o imposto de renda - IRPJ e a contribuição social - CSLL. O IRPJ é reconhecido com base no regime de competência de exercícios e calculado sobre o lucro tributável trimestral à alíquota de 15%, acrescido do adicional de 10% para os lucros que excederem R$240 no período de 3 meses, enquanto que contribuição social é calculada à alíquota de 9%. A Companhia realiza as apurações sobre o lucro trimestralmente e os ajustes ao resultado contábil decorrentes de despesas temporariamente não dedutíveis ou de receitas temporariamente não tributáveis geram ativos ou passivos fiscais diferidos.

A Administração avalia periodicamente a posição fiscal das situações nas quais a regulamentação fiscal requer interpretação e estabelece provisões quando apropriado.

3. Principais políticas contábeis--Continuação

c) Impostos--Continuação

Impostos diferidos

Imposto diferido é gerado por diferenças temporárias na data do balanço entre as bases fiscais de ativos e passivos e seus valores contábeis.

Impostos diferidos passivos são reconhecidos para todas as diferenças tributárias temporárias. Impostos diferidos ativos são reconhecidos para todas as diferenças temporárias dedutíveis, créditos e perdas tributários não utilizados, na extensão em que seja provável que o lucro tributável esteja disponível para que as diferenças temporárias dedutíveis possam ser realizadas, e créditos e perdas tributários não utilizados possam ser utilizados.

O valor contábil dos impostos diferidos ativos é revisado em cada data do balanço e baixado na extensão em que não é mais provável que lucros tributáveis estarão disponíveis para permitir que todo ou parte do ativo tributário diferido venha a ser utilizado.

Impostos diferidos ativos e passivos são mensurados à taxa de imposto que é esperada de ser aplicável no ano em que o ativo será realizado ou o passivo liquidado, com base nas taxas de imposto (e lei tributária) que foram promulgadas na data do balanço.

Impostos diferidos ativos e passivos são apresentados líquidos se existe um direito legal ou contratual para compensar o ativo fiscal contra o passivo fiscal, e os impostos diferidos são relacionados à mesma entidade tributada e sujeitos à mesma autoridade tributária.

Impostos e contribuições sobre prestação de serviços e vendas

A Companhia está sujeita, quando aplicável, às seguintes alíquotas básicas:

- Programa de Integração Social (“PIS”) de 1,65%;
- Contribuição para Financiamento da Seguridade Social (“COFINS”) de 7,6%;
- Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (“ICMS”) de 18% a 20%;
- Imposto sobre Serviços (“ISS”) de 2% a 5%.

Esses tributos são apresentados como deduções dos serviços prestados e de vendas na demonstração do resultado

3. Principais políticas contábeis--Continuação

d) Imobilizado

Os itens do ativo imobilizado são demonstrados ao custo, líquido de depreciação acumulada e perdas acumuladas por perda por redução ao valor recuperável, se houver. Esse custo inclui o custo de reposição do ativo imobilizado e custos de financiamentos para projetos de construção de longo prazo se os critérios de reconhecimento forem atendidos.

Quando partes significativas do ativo imobilizado precisarem ser substituídas em intervalos, a Companhia as deprecia separadamente com base em sua vida útil específica. Da mesma forma, quando for realizada uma inspeção de grande porte, seu custo é reconhecido no valor contábil do ativo imobilizado como substituição, se os critérios de reconhecimento forem atendidos.

A depreciação é calculada com base no método linear ao longo das vidas úteis estimadas dos ativos.

	Embarcações	Máquinas e equipamentos	Instalações	Móveis e utensílios	Computadores e periféricos	Veículos	Edificações
Vida útil (anos)	20	10	10	10	5	5	25

Um item de imobilizado é baixado quando vendido ou quando nenhum benefício econômico futuro for esperado do seu uso ou venda. Eventual ganho ou perda resultante da baixa do ativo (calculado como sendo a diferença entre o valor líquido da venda e o valor contábil do ativo) é incluído na demonstração do resultado no exercício em que o ativo for baixado.

O valor residual e vida útil dos ativos e os métodos de depreciação são revistos no encerramento de cada exercício, e ajustados de forma prospectiva, quando for o caso.

e) Ativos intangíveis

Ativos intangíveis adquiridos separadamente são mensurados ao custo no momento do seu reconhecimento inicial. Após o reconhecimento inicial, os ativos intangíveis são apresentados ao custo, menos amortização acumulada e perdas acumuladas de valor recuperável. Ativos intangíveis gerados internamente, excluindo custos de desenvolvimento capitalizados, não são capitalizados, e o gasto é refletido na demonstração do resultado no exercício em que for incorrido.

A vida útil de ativo intangível é avaliada como definida ou indefinida.

3. **Principais políticas contábeis**--Continuação

e) Ativos intangíveis--Continuação

Ativos intangíveis com vida definida são amortizados ao longo da vida útil econômica e avaliados em relação à perda por redução ao valor recuperável sempre que houver indicação de perda de valor econômico do ativo. O período e o método de amortização para um ativo intangível com vida definida são revisados no mínimo ao final de cada exercício social. Mudanças na vida útil estimada ou no consumo esperado dos benefícios econômicos futuros desses ativos são contabilizadas por meio de mudanças no período ou método de amortização, conforme o caso, sendo tratadas como mudanças de estimativas contábeis. A amortização de ativos intangíveis com vida definida é reconhecida na demonstração do resultado na categoria de despesa consistente com a utilização do ativo intangível.

Ganhos e perdas resultantes da baixa de um ativo intangível são mensurados como a diferença entre o valor líquido obtido da venda e o valor contábil do ativo, sendo reconhecidos na demonstração do resultado no momento da baixa do ativo.

Custos de pesquisa e desenvolvimento

Os gastos com pesquisas são registrados como despesas quando incorridos, e os gastos com desenvolvimento vinculados à inovações tecnológicas dos serviços e produtos existentes são capitalizados, se tiverem viabilidade tecnológica e econômica, e amortizados pelo período esperado de benefícios dentro da Companhia de despesas operacionais.

Os custos de desenvolvimento de um projeto específico são reconhecidos como ativo intangível sempre que se puder demonstrar: (i) a viabilidade técnica de concluir o ativo intangível da forma que estará disponível para uso ou venda; (ii) a intenção de concluir o ativo e a habilidade de usar ou vender o ativo; (iii) como o ativo gerará benefícios econômicos futuros; (iv) a disponibilidade de recursos para concluir o ativo; e (v) a capacidade de avaliar de forma confiável os gastos incorridos durante a fase de desenvolvimento.

Os custos com desenvolvimento foram incorridos em parceria com a FINEP - Financiadora de Estudos e Projetos para a construção das embarcações da Companhia, sendo considerados como parte do intangível com vida útil definida com base na respectiva vida útil das embarcações.

Após o reconhecimento inicial, o ativo é apresentado ao custo menos amortização acumulada e perdas de seu valor recuperável. A amortização é iniciada quando o desenvolvimento é concluído e o ativo encontra-se disponível para uso, pelo período dos benefícios econômicos futuros. Durante o período de desenvolvimento, o valor recuperável do ativo é testado anualmente.

3. Principais políticas contábeis--Continuação

f) Arrendamentos

A Companhia avalia, na data de início do contrato, se esse contrato é ou contém um arrendamento, ou seja, se o contrato transmite o direito de controlar o uso de um ativo identificado por um período de tempo em troca de contraprestação.

A Companhia como arrendatária

A Companhia aplica uma única abordagem de reconhecimento e mensuração para todos os arrendamentos, exceto para arrendamentos de curto prazo e arrendamentos de ativos de baixo valor. A Companhia reconhece os passivos de arrendamento para efetuar pagamentos de arrendamento e ativos de direito de uso que representam o direito de uso dos ativos subjacentes.

Ativos de direito de uso

A Companhia reconhece os ativos de direito de uso na data de início do arrendamento (ou seja, na data em que o ativo subjacente está disponível para uso). Os ativos de direito de uso são mensurados ao custo, deduzidos de qualquer depreciação acumulada e perdas por redução ao valor recuperável, e ajustados por qualquer nova remensuração dos passivos de arrendamento.

O custo dos ativos de direito de uso inclui o valor dos passivos de arrendamento reconhecidos, custos diretos iniciais incorridos e pagamentos de arrendamentos realizados até a data de início, menos os eventuais incentivos de arrendamento recebidos. Os ativos de direito de uso são depreciados linearmente, pelo menor período entre o prazo do arrendamento e a vida útil estimada dos ativos se próprios fossem ou pelo prazo do contrato de arrendamento.

Os únicos contratos com característica de arrendamento que a Companhia possui foram celebrados no exercício findo em 31 de dezembro de 2020, conforme apresentado no quadro abaixo indicando os respectivos valores quando dos seus registros iniciais, considerando o valor presente estimado das contraprestações dos contratos pela taxa de 8% a.a., utilizada como *benchmark* dos contratos de empréstimos e financiamentos realizados pela Companhia.

Ativo		**Passivo**	
Imobilizado		Circulante	
Direito de uso de imóveis	4.414	Arrendamento a pagar	960
		Encargos a transcorrer	(318)
		Não circulante	
		Arrendamento a pagar	4.410
		Encargos a transcorrer	(638)
Total	4.414	Total	4.414

3. Principais políticas contábeis--Continuação

f) Arrendamentos--Continuação

Em determinados casos, se a titularidade do ativo arrendado for transferida para a Companhia ao final do prazo do arrendamento ou se o custo representar o exercício de uma opção de compra, a depreciação é calculada utilizando a vida útil estimada do ativo.

Os ativos de direito de uso também estão sujeitos a redução do valor recuperável.

g) Instrumentos financeiros

Um instrumento financeiro é um contrato que dá origem a um ativo financeiro de uma entidade e a um passivo financeiro ou instrumento patrimonial de outra entidade.

i) *Ativos financeiros*

Reconhecimento inicial e mensuração

Ativos financeiros são classificados, no reconhecimento inicial, como subsequentemente mensurados ao custo amortizado, ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes e ao valor justo por meio do resultado.

A classificação dos ativos financeiros no reconhecimento inicial depende das características dos fluxos de caixa contratuais do ativo financeiro e do modelo de negócios da Companhia para a gestão desses ativos financeiros.

Para que um ativo financeiro seja classificado e mensurado pelo custo amortizado ou pelo valor justo por meio de outros resultados abrangentes, ele precisa gerar fluxos de caixa que sejam “exclusivamente pagamentos de principal e de juros” sobre o valor do principal em aberto. Essa avaliação é executada em nível de instrumento. Ativos financeiros com fluxos de caixa que não sejam exclusivamente pagamentos de principal e de juros são classificados e mensurados ao valor justo por meio do resultado, independentemente do modelo de negócio adotado.

O modelo de negócios da Companhia para administrar ativos financeiros se refere a como ele gerencia seus ativos financeiros para gerar fluxos de caixa. O modelo de negócios determina se os fluxos de caixa resultarão da cobrança de fluxos de caixa contratuais, da venda dos ativos financeiros ou de ambos. Ativos financeiros classificados e mensurados ao custo amortizado são mantidos em plano de negócio com o objetivo de manter ativos financeiros de modo a obter fluxos de caixa contratuais enquanto ativos financeiros classificados e mensurados ao valor justo em contrapartida a outros resultados abrangentes são mantidos em modelo de negócio com o objetivo de obter fluxos de caixa contratuais e também com o objetivo de venda.

3. Principais políticas contábeis--Continuação

g) Instrumentos financeiros--Continuação

i) *Ativos financeiros*--Continuação

Reconhecimento inicial e mensuração--Continuação

As compras ou vendas de ativos financeiros que exigem a entrega de ativos dentro de um prazo estabelecido por regulamento ou convenção no mercado (negociações regulares) são reconhecidas na data da negociação, ou seja, a data em que a Companhia se compromete a comprar ou vender o ativo.

Mensuração subsequente

Para fins de mensuração subsequente, os ativos financeiros são classificados em quatro categorias:

- Ativos financeiros ao custo amortizado (instrumentos de dívida);
- Ativos financeiros ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes com reclassificação de ganhos e perdas acumulados (instrumentos de dívida);
- Ativos financeiros designados ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes, sem reclassificação de ganhos e perdas acumulados no momento de seu desreconhecimento (instrumentos patrimoniais); e
- Ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado.

Ativos financeiros ao custo amortizado

Os ativos financeiros ao custo amortizado são subsequentemente mensurados usando o método de juros efetivos e estão sujeitos a redução ao valor recuperável. Ganhos e perdas são reconhecidos no resultado quando o ativo é baixado, modificado ou apresenta redução ao valor recuperável.

Os ativos financeiros da Companhia ao custo amortizado incluem contas a receber de clientes e retenção contratual.

3. **Principais políticas contábeis**--Continuação

g) Instrumentos financeiros--Continuação

i) *Ativos financeiros*--Continuação

Mensuração subsequente--Continuação

Ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado

Ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado são apresentados no balanço patrimonial pelo valor justo, com as variações líquidas do valor justo reconhecidas na demonstração do resultado.

Os ativos financeiros da Companhia ao valor justo por meio do resultado incluem as aplicações financeiras e recursos disponíveis em instituições financeiras.

Desreconhecimento

Um ativo financeiro (ou, quando aplicável, uma parte de um ativo financeiro ou parte de um grupo de ativos financeiros semelhantes) é desreconhecido quando:

- Os direitos de receber fluxos de caixa do ativo expiraram; ou
- A Companhia transferiu seus direitos de receber fluxos de caixa do ativo ou assumiu uma obrigação de pagar integralmente os fluxos de caixa recebidos sem atraso significativo a um terceiro nos termos de um contrato de repasse e (a) a Companhia transferiu substancialmente todos os riscos e benefícios do ativo, ou (b) a Companhia nem transferiu nem reteve substancialmente todos os riscos e benefícios do ativo, mas transferiu o controle do ativo.

Quando a Companhia transfere seus direitos de receber fluxos de caixa de um ativo ou celebra um acordo de repasse, ele avalia se, e em que medida, reteve os riscos e benefícios da propriedade. Quando não transferiu nem reteve substancialmente todos os riscos e benefícios do ativo, nem transferiu o controle do ativo, a Companhia continua a reconhecer o ativo transferido na medida de seu envolvimento continuado. Nesse caso, a Companhia também reconhece um passivo associado. O ativo transferido e o passivo associado são mensurados em uma base que reflita os direitos e as obrigações retidos pela Companhia.

3. Principais políticas contábeis--Continuação

g) Instrumentos financeiros--Continuação

i) *Ativos financeiros*--Continuação

Desreconhecimento--Continuação

O envolvimento contínuo sob a forma de garantia sobre o ativo transferido é mensurado pelo menor valor entre: (i) o valor do ativo; e (ii) o valor máximo da contraprestação recebida que a entidade pode ser obrigada a restituir (valor da garantia).

ii) *Passivos financeiros*

Reconhecimento inicial e mensuração

Os passivos financeiros são classificados, no reconhecimento inicial, como passivos financeiros ao valor justo por meio do resultado, passivos financeiros ao custo amortizado ou como derivativos designados como instrumentos de hedge em um hedge efetivo, conforme apropriado.

Todos os passivos financeiros são mensurados inicialmente ao seu valor justo, mais ou menos, no caso de passivo financeiro que não seja ao valor justo por meio do resultado, os custos de transação que sejam diretamente atribuíveis à emissão do passivo financeiro.

Os passivos financeiros da Companhia incluem principalmente os saldos relacionados às obrigações com fornecedores, parcelamento de impostos e seus empréstimos e financiamentos.

Mensuração subsequente

Para fins de mensuração subsequente, os passivos financeiros são classificados em duas categorias:

- Passivos financeiros ao valor justo por meio do resultado; e
- Passivos financeiros ao custo amortizado.

A mensuração de passivos financeiros depende de sua classificação, conforme escrito abaixo:

3. Principais políticas contábeis--Continuação

g) Instrumentos financeiros--Continuação

ii) *Passivos financeiros*--Continuação

Mensuração subsequente--Continuação

Passivos financeiros ao valor justo por meio do resultado

Passivos financeiros ao valor justo por meio do resultado incluem passivos financeiros para negociação e passivos financeiros designados no reconhecimento inicial ao valor justo por meio do resultado.

Passivos financeiros são classificados como mantidos para negociação se forem incorridos para fins de recompra no curto prazo. Essa categoria também inclui instrumentos financeiros derivativos contratados pela Companhia que não são designados como instrumentos de hedge nas relações de hedge definidas pelo pronunciamento técnico CPC 48 - Instrumentos Financeiros. Ganhos ou perdas em passivos para negociação são reconhecidos na demonstração do resultado.

Os passivos financeiros designados no reconhecimento inicial ao valor justo por meio do resultado são designados na data inicial de reconhecimento e somente se os critérios do CPC 48 forem atendidos. A Companhia não designou nenhum passivo financeiro ao valor justo por meio do resultado.

Passivos financeiros ao custo amortizado (empréstimos e financiamentos)

Esta é a categoria mais relevante para a Companhia. Após o reconhecimento inicial, empréstimos e financiamentos contraídos sujeitos a juros são mensurados subsequentemente pelo custo amortizado, utilizando o método da taxa de juros efetiva. Ganhos e perdas são reconhecidos no resultado quando os passivos são baixados, bem como pelo processo de amortização da taxa de juros efetiva.

O custo amortizado é calculado levando em consideração qualquer deságio ou ágio na aquisição e taxas ou custos que são parte integrante do método da taxa de juros efetiva. A amortização pelo método da taxa de juros efetiva é incluída como despesa financeira na demonstração do resultado.

Essa categoria geralmente se aplica a empréstimos e financiamentos e parcelamento de impostos contraídos, sujeitos a juros.

3. Principais políticas contábeis--Continuação

g) Instrumentos financeiros--Continuação

ii) *Passivos financeiros*--Continuação

Desreconhecimento (baixa)

Um passivo financeiro é baixado quando a obrigação sob o passivo é extinta, ou seja, quando a obrigação especificada no contrato for liquidada, cancelada ou expirar. Quando um passivo financeiro existente é substituído por outro do mesmo mutuante em termos substancialmente diferentes, ou os termos de um passivo existente são substancialmente modificados, tal troca ou modificação é tratada como o desreconhecimento do passivo original e o reconhecimento de um novo passivo. A diferença nos respectivos valores contábeis é reconhecida na demonstração do resultado.

Compensação de instrumentos financeiros

Os ativos financeiros e passivos financeiros são compensados e o valor líquido é apresentado no balanço patrimonial individual e consolidado se houver um direito legal atualmente aplicável de compensação dos valores reconhecidos e se houver a intenção de liquidar em bases líquidas, realizar os ativos e liquidar os passivos simultaneamente.

h) Estoques

Os estoques mantidos em 31 de dezembro de 2020 e 2019 referem-se a materiais de manutenção e outros insumos e estoque de revenda utilizado na prestação dos serviços aos clientes, os quais se encontram registrados pelos seus respectivos custos. A Companhia revisa anualmente eventuais estoques obsoletos e de pouco movimento, realizando a baixa dos itens sem expectativa de utilização na sua operação.

i) Caixa e equivalentes de caixa

Os equivalentes de caixa são mantidos com a finalidade de atender a compromissos de caixa de curto prazo, e não para investimento ou outros fins. A Companhia considera equivalentes de caixa uma aplicação financeira de conversibilidade imediata em um montante conhecido de caixa e estando sujeita a um insignificante risco de mudança de valor. Por conseguinte, um investimento, normalmente, se qualifica como equivalente de caixa quando tem vencimento de curto prazo; por exemplo, três meses ou menos, a contar da data da contratação.

3. Principais políticas contábeis--Continuação

j) Pronunciamentos novos ou revisados aplicados pela primeira vez em 2020

A Companhia decidiu não adotar antecipadamente nenhuma outra norma, interpretação ou alteração que tenham sido emitidas, mas ainda não estejam vigentes.

Alterações no CPC 15 (R1): Definição de negócios

As alterações do CPC 15 (R1) esclarecem que, para ser considerado um negócio, um conjunto integrado de atividades e ativos deve incluir, no mínimo, um input - entrada de recursos e um processo substantivo que, juntos, contribuam significativamente para a capacidade de gerar output - saída de recursos. Além disso, esclareceu que um negócio pode existir sem incluir todos os inputs - entradas de recursos e processos necessários para criar outputs - saída de recursos. Essas alterações não tiveram impacto sobre as demonstrações contábeis da Companhia, mas podem impactar períodos futuros caso o a Companhia ingresse em quaisquer combinações de negócios.

Alterações no CPC 38, CPC 40 (R1) e CPC 48: Reforma da Taxa de Juros de Referência

As alterações aos Pronunciamentos CPC 38 e CPC 48 fornecem isenções que se aplicam a todas as relações de proteção diretamente afetadas pela reforma de referência da taxa de juros. Uma relação de proteção é diretamente afetada se a reforma suscitar incertezas sobre o período ou o valor dos fluxos de caixa baseados na taxa de juros de referência do item objeto de hedge ou do instrumento de hedge. Essas alterações não tiveram impacto nas demonstrações contábeis da Companhia, uma vez que este não possui relações de hedge de taxas de juros.

Alterações no CPC 26 (R1) e CPC 23: Definição de material

As alterações fornecem uma nova definição de material que afirma, "a informação é material se sua omissão, distorção ou obscuridade pode influenciar, de modo razoável, decisões que os usuários primários das demonstrações contábeis de propósito geral tomam como base nessas demonstrações contábeis, que fornecem informações financeiras sobre relatório específico da entidade". As alterações esclarecem que a materialidade dependerá da natureza ou magnitude de informação, individualmente ou em combinação com outras informações, no contexto das demonstrações contábeis. Uma informação distorcida é material se poderia ser razoavelmente esperado que influencie as decisões tomadas pelos usuários primários. Essas alterações não tiveram impacto sobre as demonstrações contábeis, nem se espera que haja algum impacto futuro para a Companhia.

3. Principais políticas contábeis--Continuação

j) Pronunciamentos novos ou revisados aplicados pela primeira vez em 2020--Continuação

Revisão no CPC 00 (R2): Estrutura Conceitual para Relatório Financeiro

A pronunciamento revisado alguns novos conceitos, fornece definições atualizadas e critérios de reconhecimento para ativos e passivos e esclarece alguns conceitos importantes. Essas alterações não tiveram impacto nas demonstrações contábeis da Companhia.

Alterações no CPC 06 (R2): Benefícios Relacionados à Covid-19 Concedidos para Arrendatários em Contratos de Arrendamento.

As alterações preveem concessão aos arrendatários na aplicação das orientações do CPC 06 (R2) sobre a modificação do contrato de arrendamento, ao contabilizar os benefícios relacionados como consequência direta da pandemia Covid-19.

Como um expediente prático, um arrendatário pode optar por não avaliar se um benefício relacionado à Covid-19 concedido pelo arrendador é uma modificação do contrato de arrendamento. O arrendatário que fizer essa opção deve contabilizar qualquer mudança no pagamento do arrendamento resultante do benefício concedido no contrato de arrendamento relacionada ao Covid-19 da mesma forma que contabilizaria a mudança aplicando o CPC 06 (R2) se a mudança não fosse uma modificação do contrato de arrendamento.

Essa alteração não teve impacto nas demonstrações contábeis da Companhia.

4. Caixa e equivalentes de caixa

	2020	2019
Caixa	**45**	47
Bancos conta movimento	**33.021**	12.805
Total caixa e equivalentes de caixa	**33.066**	12.852

O saldo de bancos conta movimento são aplicados de forma automáticas pelas instituições financeiras que atendem a Companhia e possuem remuneração de até 50% da variação do CDI com liquidez imediata.

5. Contas a receber, liquido

a) Contas a receber

	2020	2019
Contas a receber - Petrobras (i)	**25.878**	40.046
Contas a receber - Clientes diversos (ii)	**10.889**	17.858
Provisão para perdas de crédito esperadas para contas a receber e ativos de contrato	**(4.564)**	(5.581)
Total contas a receber, liquido	**32.203**	52.323
Valores faturados	**18.036**	15.686
Valores a faturar	**16.091**	37.202
Valores de provisão por estimativa *pro-rata temporis*	**2.640**	5.016

(i) O valor referente ao cliente Petrobras corresponde a serviços que já haviam sido prestados até 31 de dezembro de 2020 e 2019, incluindo tanto os valores efetivamente faturados mediante o aceite do próprio cliente quanto os valores a faturar relativos ao processo de medição compreendendo os períodos de 24 de novembro a 25 de dezembro e 26 a 31 dezembro dos respectivos exercícios. A Companhia entende que o indicador de performance para o reconhecimento da receita de serviço prestado e, seu respectivo contas a receber, é o relatório de medição fornecido pelo próprio cliente indicando e formalizando sua devida liberação/aprovação. Os valores não faturados tiveram suas faturas emitidas em exercício subsequente pelos mesmos montantes registrados em 31 de dezembro de 2020 e 2019 sem registro de históricos de perdas sobre os respectivos montantes.

(ii) O valor referente a clientes diversos corresponde a recebíveis de empresas do setor de Oléo e Gás e Engenharia. O saldo corresponde a serviços prestados e seus indicadores de performance para o reconhecimento da receita atendidos nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2020 e 2019. Em 31 de dezembro de 2020, não havia valores a faturar para esses clientes (R$2.172 em 31 de dezembro de 2019).

(iii) A provisão para perdas de crédito esperadas para contas a receber e ativos de contrato foi calculada com base na avaliação de risco de crédito realizada pela Companhia contemplando seu histórico de perdas, a situação individual dos clientes, a situação do grupo econômico ao qual pertencem e as respectivas garantias reais recebidas. A Companhia não possui histórico recente de perda, exceto pelos valores provisionados referente a clientes diversos.

Abaixo, apresentamos a movimentação da provisão para perdas de crédito esperadas para contas a receber e ativos de contrato em 31 de dezembro de 2020 e 2019:

	2020	2019
Saldo no início do exercício	**5.581**	-
Constituição	**-**	5.581
Reversão	**(1.017)**	-
Saldo no final do exercício	**4.564**	5.581

Os saldos dos valores a receber em 31 de dezembro de 2020 e 2019 estão segregados de acordo com as seguintes faixas de vencimento:

	2020	2019
A vencer	**27.132**	46.253
Vencidos até 30 dias	**17**	3.994
Vencidos de 31 a 180 dias	**-**	2.723
Vencidos há mais de 180 dias	**9.618**	4.934
Total contas a receber	**36.767**	57.904

5. Contas a receber, liquido--Continuação

a) Contas a receber--Continuação

Em 2020, a Companhia celebrou acordo de pagamento com seus clientes inadimplentes, com o apoio de seus consultores jurídicos internos e externos, sem contribuir com o aumento das perdas esperadas quando do recebimento dos valores em atraso em montante superior à provisão que já se encontra constituída e refletida nas demonstrações contábeis. O desembolso para liquidação do referido acordo foi parcialmente recebido no primeiro trimestre de 2020, ficando o saldo residual postergado por parte dos clientes pelas condições sanitárias oriundas da pandemia do COVID19.

b) Retenção contratual

A Companhia detém recebíveis retidos contratualmente na prestação de serviços principalmente com o cliente Petrobras. O recurso é retido no pagamento pelo cliente em certos contratos com o objetivo de garantir riscos de eventual desembolso futuro oriundo da prestação do serviço, sendo disponibilizado após a finalização do contrato. A Companhia realiza a segregação entre o ativo circulante e não circulante dos valores retidos. Os valores classificados no ativo circulante foram recebidos subsequentemente sem perda para a Companhia.

6. Estoques

	2020	2019
Estoque de manutenção e consumo	**2.623**	2.039
Material para revenda	**1.266**	105
Total estoques	**3.889**	2.144

7. Adiantamentos a fornecedores

	2020	2019
Insumos para revenda	**2.634**	391
Insumos para operação	**552**	-
Prestadores de serviços	**715**	499
Serviços administrativo, financeiro e ambiental	**451**	116
Adiantamentos diversos	**420**	95
Total adiantamentos a fornecedores	**4.772**	1.101

8. Impostos a recuperar e diferidos

a) Impostos a recuperar

	2020	2019
Imposto de renda e contribuição social retidos na fonte (i)	**11.265**	10.998
INSS a compensar	**806**	1.185
ISS a compensar	**131**	1.068
Outros impostos a compensar	**52**	89
Total impostos a recuperar	**12.254**	13.340

(i) Refere-se às retenções na fonte de tributos no recebimento de serviços prestados e também de retenção sobre o rendimento de aplicações financeiras, que serão compensados com débitos fiscais de mesma natureza ou competência.

b) Impostos diferidos

O imposto de renda e a contribuição social diferidos possuem a seguinte origem:

	2020	2019
Ativo		
Provisão para riscos trabalhistas	**731**	755
Provisão para perdas de crédito esperadas para contas a receber	**1.552**	1.897
Prejuizo fiscal e base negativa de contribuição social	**5.830**	-
Provisão para dissídio 2020 postergado pelo COVID-19	**441**	-
Arrendamentos	**119**	-
Total ativo	**8.673**	2.652
Passivo		
Diferença temporária de recebíveis a faturar (i)	**6.369**	14.354
Diferença temporária de depreciação acelerada (ii)	**6.565**	5.038
Total passivo	**12.934**	19.392
Imposto de renda e contribuição social diferidos, líquido registrado no passivo.	**4.261**	16.740

(i) Refere-se ao efeito dos valores faturados em exercício subsequente cujo serviços já foram prestados e a receita reconhecida no exercício findo 31 de dezembro de 2020 e 2019.

(ii) Refere-se ao efeito da depreciação acelerada refletindo a expectativa de vida útil das embarcações em função de operarem em três turnos.

A Companhia se encontra no regime de apuração de lucro real trimestral, tendo apresentado prejuízo fiscal e base negativa de contribuição social no terceiro e quarto trimestres do exercício findo em 31 de dezembro de 2020, no valores de R$6.216 e R$10.933, respectivamente. A Compahia não possui histórico de saldos de prejuízo fiscal e base negativa de contribuição social, sendo os referidos valores apurados no exercício findo em 31 de dezembro de 2020, utilizados como base para a constituição de imposto de renda e contribuição social diferidos ativo.

8. Impostos a recuperar e diferidos--Continuação

b) Impostos diferidos--Continuação

A Administração da Companhia estima, com base em suas projeções de crescimento suportadas de forma substancial por contratos já celebrados, sendo os mais relevantes divulgados na Nota 27, que o ativo fiscal diferido oriundo do imposto de renda e contribuição social sejam integralmente realizados em até dois anos.

9. Aplicação financeira, restrita

A Companhia possui aplicação financeira, restrita de modalidade de renda fixa como conta reserva necessário para perfazer o montante equivalente ao período de três meses do serviço da dívida contraída para construção das embarcações. Em 31 de dezembro de 2020, o saldo da conta reserva é de R$6.139 (R$6.012 em 31 de dezembro de 2019), e se encontra apresentada no ativo circulante como aplicação financeira, estando sujeita a um insignificante risco de mudança de valor com baixo risco de crédito e remuneração pela variação do Certificado de Depósito Interfinanceiro (CDI) a percentuais que variam de 99% a 101%.

A aplicação financeira deixou de ser restrita em abril de 2021, quando o financiamento das embarcações obtido junto à instituição FINEP foi totalmente liquidado pela Companhia. Desta forma, o saldo da referida aplicação financeira, restrita foi apresentado como parte do ativo circulante.

10. Depósitos judiciais

	2020	2019
Depósito Judicial - Ocean Quali Serviços de Apoio Marítimo Ltda. (i)	**6.459**	5.903
Trabalhistas	**514**	464
Total depósitos judiciais	**6.973**	6.367

Os depósitos judiciais são registrados pelo valor de custo dos pagamentos realizados em juízo e são atualizados monetariamente até que o poder judiciário autorize a sua restituição ou baixa a favor da contra parte no processo.

(i) O saldo se refere à ação de rescisão de contrato com fornecedor, bem como, a consignação de bens móveis distribuída em 06 de fevereiro de 2018 sendo a contra parte a Ocean Quali Serviços de Apoio Maritimo Ltda. Os consultores jurídicos da Companhia classificam como possível o êxito do processo.

10. Depósitos judiciais--Continuação

Abaixo, demonstramos a movimentação dos depósitos judiciais:

	2020	2019
Saldo inicial	**6.367**	3.110
Constituição	**616**	3.348
Reversão	**(10)**	(91)
Saldo final	**6.973**	6.367

11. Direito de uso e arrendamentos a pagar

	2019	Adições	Baixas / Pagamentos	2020
Ativo				
Direito de uso				
Imóveis - arrendamento	-	**4.414**	**-**	**4.414**
Amortização acumulada				
Imóveis - arrendamento	-	**(613)**	**-**	**(613)**
Direito de uso total	-	**3.801**	**-**	**3.801**
Passivo				
Arrendamento a pagar	-	**4.414**	**(477)**	**3.937**
Total circulante	-			**772**
Total não circulante	-			**3.165**

Em 15 de abril de 2020, a Companhia celebrou contrato de locação de um de seus sites operacionais com características de arrendamento, registrando a transação com base no CPC 06 (R2) - Arrendamentos. O registro inicial do direito de uso e de arrendamentos a pagar oriundo do valor presente do fluxo de contraprestação definidas no contrato possui o montante de R$4.414.

Os valores a pagar de arrendamento, até a liquidação do saldo dos contratos, estão descriminados abaixo:

Ano	Total
2022	**998**
2023	**1.080**
2024	**1.087**
Total	**3.165**

12. Imobilizado

	Embarcações	Máquinas e equipamentos	Instalações	Móveis e utensílios	Computadores e periféricos	Veículos	Edificações	Imobilizado em andamento (1)	Total
Saldos em 31 de dezembro de 2018	79.080	23.095	375	174	250	45	38	-	103.057
Aquisições	45	2.846	-	93	350	-	-	988	4.322
Baixas	-	(14)	-	-	(40)	-	-	-	(54)
Depreciação	(4.101)	(3.843)	(51)	(50)	(127)	(22)	(7)	-	(8.201)
Saldos em 31 de dezembro de 2019	75.024	22.084	324	217	433	23	31	988	99.124
Em 31 de dezembro de 2019									
Custo	88.250	42.691	495	894	1.502	793	136	988	135.749
Depreciação acumulada	(13.226)	(20.607)	(171)	(677)	(1.069)	(770)	(105)	-	(36.625)
Saldo contábil, líquido	75.024	22.084	324	217	433	23	31	988	99.124
Saldos em 31 de dezembro de 2019	**75.024**	**22.084**	**324**	**217**	**433**	**23**	**31**	**988**	**99.124**
Aquisições	**6.665**	**41.867**	**1.791**	**441**	**1.077**	**-**	**-**	**9.206**	**61.047**
Transferências	**-**	**988**	**-**	**-**	**-**	**-**	**-**	**(988)**	**-**
Depreciação	**(5.435)**	**(5.529)**	**(82)**	**(70)**	**(229)**	**(14)**	**(6)**	-	**(11.365)**
Saldos em 31 de dezembro de 2020	**76.254**	**59.410**	**2.033**	**588**	**1.281**	**9**	**25**	**9.206**	**148.806**
Em 31 de dezembro de 2020									
Custo	**94.915**	**85.546**	**2.286**	**1.335**	**2.579**	**793**	**136**	**9.206**	**196.796**
Depreciação acumulada	**(18.661)**	**(26.136)**	**(253)**	**(747)**	**(1.298)**	**(784)**	**(111)**	-	**(47.990)**
Saldo contábil, líquido	**76.254**	**59.410**	**2.033**	**588**	**1.281**	**9**	**25**	**9.206**	**148.806**

(i) O saldo de imobilizado em andamento se refere aos itens que ainda não se encontravam concluídos em 31 de dezembro de 2020, representados, substancialmente, por máquinas e equipamentos, gastos referente a construção e montagem de galpão para atendimento aos contratos da Companhia e adiantamentos relacionados com aquisição de máquinas e equipamentos importadas em curso.

13. Intangível

	Custos de desenvolvimento	Software	Outros	Total
Em 31 de dezembro de 2018	1.715	-	-	1.715
Adição	-	27	-	27
Amortização	(95)	-	-	(95)
Saldo contábil, líquido	1.620	27	-	1.647
Em 31 de dezembro de 2019				
Custo	1.904	374	16	2.294
Amortização acumulada	(286)	(345)	(16)	(647)
Saldo contábil, líquido	1.618	29	-	1.647
Em 31 de dezembro de 2019	1.618	29	-	1.647
Adição	**-**	**30**	**-**	**30**
Amortização	**(95)**	**(46)**	**-**	**(141)**
Saldo contábil, líquido	**1.523**	**13**	**-**	**1.536**
Em 31 de dezembro de 2020				
Custo	**1.904**	**404**	**16**	**2.324**
Amortização acumulada	**(381)**	**(391)**	**(16)**	**(788)**
Saldo contábil, líquido	**1.523**	**13**	**-**	**1.536**

14. Empréstimos e financiamentos

	Taxa efetiva	2020	2019
FINEP	TJLP + 5% a.a.	**13.334**	23.623
Bradesco - Capital de giro	7,8% a.a.	**30.278**	10.004
Bradesco - Finame	11,5% a.a.	**125**	279
Banco Itáu - Finame	5,6% a.a	**213**	376
Banco Itaú - Conta sacada	16,3% a.a.	**3.039**	2.000
Banco Itaú - Capital de giro	CDI + 2,3% a.a.	**28.112**	12.827
Banco ABC Brasil	10,69% a.a.	**19.658**	1.396
Bradesco Cayman Branch	2,6% a.a.	**-**	7.523
Banco Santader	CDI + 5,7% a.a.	**18.081**	-
Banco Sifra	2,17% a.m	**14.671**	-
		127.511	58.028
	Total circulante	**71.805**	42.873
	Total não circulante	**55.706**	15.155

A movimentação dos saldos dos empréstimos e financiamentos está demonstrada conforme abaixo:

14. Empréstimos e financiamentos--Continuação

	2020	2019
Saldo inicial	**58.028**	46.913
Ingressos	**120.464**	31.301
Encargos	**3.699**	2.726
Amortizações e pagamentos de juros	**(54.680)**	(22.912)
Saldo final	**127.511**	58.028

Os valores a pagar até a liquidação dos saldos apresentados anteriormente, classificados no passivo não circulante, estão descriminados a seguir e não consideram encargos futuros:

Ano	Total
2022	**30.519**
2023	**20.270**
2024	**4.917**
Total	**55.706**

Está apresentada na Nota 25 uma análise de sensibilidade desse saldo à variação do CDI, considerando os cenários provável, possível e remoto.

A Companhia não possui contratos de empréstimos e financiamentos com cláusulas restritivas (*covenants*).

15. Salários e encargos sociais

	2020	2019
Salários a pagar	**2.777**	2.891
Prolabore a pagar	**167**	116
INSS a recolher	**1.689**	1.852
FGTS a recolher	**577**	522
Provisão de férias	**3.351**	2.771
Encargos sobre férias	**928**	776
Provisão para dissidio anual	**1.297**	-
Outros impostos e contribuições a recolher	**8**	15
Total slários e encargos sociais	**10.794**	8.943

16. Impostos e contribuições a recolher

	2020	2019
IRRF a recolher	**3.429**	3.203
PIS e COFINS a recolher (i)	**3.875**	467
PIS e COFINS diferido (ii)	**1.733**	3.905
ISS a recolher	**88**	415
ISS diferido (ii)	**264**	1.431
ICMS a recolher	**162**	265
Outros impostos retidos na fonte	**473**	402
Outros impostos e contribuições a recolher	**142**	106
Total de impostos e contribuições a recolher	**10.166**	10.194

(i) O incremento do saldo está, substancialmente, relacionado à postergação de pagamento no contexto das medidas de combate aos impactos da COVID-19.

(ii) Refere-se aos efeitos dos impostos sobre os valores faturados em exercício subsequente cujo serviços já haviam sido prestados e a receita reconhecida nos exercícios findos 31 de dezembro de 2020 e 2019.

17. Imposto de renda e contribuição social

Em 31 de dezembro de 2020 e 2019, a conciliação da despesa calculada pela aplicação das alíquotas fiscais combinadas e da despesa de imposto de renda e contribuição social debitadas em resultado é demonstrada como segue:

	2020	2019
Lucro antes da apuração do imposto de renda e da contribuição social	**880**	58.807
Alíquota fiscal combinada	**34%**	34%
Imposto de renda e contribuição social pela alíquota combinada	**299**	19.994
Juros sobre capital próprio	**(1.404)**	(1.459)
Despesas indedutíveis	**52**	56
Realização de reserva de reavaliação	**270**	29
Programa de alimentação do trabalhador	**(219)**	(191)
Imposto de renda e contribuição social a alíquota efetiva	**(1.002)**	18.429
Corrente	**11.477**	9.281
Diferido	**(12.479)**	9.148
Imposto de renda e contribuição social como apresentados no resultado do exercício	**(1.002)**	18.429
Alíquota efetiva	**(113,8%)**	31,3%

18. Multas contratuais

Em 21 de junho de 2017, a Companhia foi notificada pela Petrobras pelo atraso na obtenção do TAE - Termo de Aceitação de Embarcação, resultando em atraso no início da operação de dois contratos firmados à época. O total da multa aplicada pela Petrobras conforme as condições previstas nos referidos contratos totalizou o montante de R$26.661, sendo o montante reconhecido nos anos em que os atrasos foram incorridos como provisão até a notificação formal feita pela Petrobras, quando passou a ser considerada como efetivo contas a pagar de multas contratuais.

A liquidação integral do passivo foi realizada pela Companhia ao longo dos exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e 2019.

19. Provisão para contingências

A Administração, com base em informações de seus assessores jurídicos, análise das demandas judiciais pendentes e, quanto às ações trabalhistas, com base na experiência anterior referente às quantias reivindicadas, constituiu provisão em montante considerado suficiente para cobrir as prováveis perdas estimadas com as ações em curso, como segue:

	2020	2019
Trabalhistas	**2.149**	2.220

Abaixo, apresentamos a movimentação da provisão:

	2020	2019
Saldos no início do exercício	**2.220**	2.179
Constituição	**-**	41
Reversão de provisão	**(71)**	-
Saldo no final do exercício	**2.149**	2.220

A Companhia é parte em ações trabalhistas, avaliadas pelos assessores jurídicos como sendo de risco possível de perda, para as quais não foram constituídas provisões para cobrir eventuais riscos de desembolso futuro. Os valores envolvidos nessas ações em 31 de dezembro de 2020 é de R$3.785 (R$3.814 em 31 de dezembro de 2019).

20. Patrimônio líquido

Capital social

O capital social subscrito, no montante de R$30.000 e totalmente integralizado em moeda corrente nacional, está representado da seguinte forma:

	2020		2019	
Acionista	**Ações nominativas**	**% participação**	**Ações nominativas**	**% participação**
José Alfredo Califfa	**29.999.999**	**100,00%**	29.999.999	100,00%
CALNAV Locação de Embarcações Ltda.	**1**	**0,00%**	1	0,00%
Total	**30.000.000**	**100,00%**	30.000.000	100,00%

Reserva legal

É constituída à razão de 5% do lucro líquido apurado quando do encerramento de cada exercício social nos termos do art. 193 da Lei nº 6.404/76, até o limite de 20% do capital social.

Reserva de retenção de lucros

É constituída, de acordo com o art. 196 da Lei nº 11.638/07, para atender às necessidades de recursos adicionais para fazer frente ao plano de investimentos proposto, quando do encerramento de cada exercício social.

Em 16 de agosto de 2021, a Companhia deliberou por meio da Assembleia Geral de Acionistas o aumento de capital no montante de R$10.000 com recursos provenientes da reserva de retenção de lucros, equacionando subsequentemente o excesso das reservas de lucros em relação ao capital social, de forma a atender ao previsto no artigo 199 da Lei das Sociedades por Ações.

Dividendos

O estatuto social da Companhia prevê a distribuição de dividendos mínimos obrigatórios equivalentes a 0,01% do lucro líquido, calculado na forma do artigo 202 da Lei 6.404/76 e alterações posteriores, quando do encerramento de cada exercício social.

Durante o exercício de 2020 foi declarado e pago em recurso disponível pela Companhia a título de dividendos o montante de R$13.504 com base no saldo de reserva de retenção de lucros (em 2019 esse montante foi de R$8.653).

20. Patrimônio líquido--Continuação

Juros sobre capital próprio

A Companhia mantém a pólitica de declarar de juros sobre capital próprio, observando os limites de dedutibilidade estabelecidos no regulamento de imposto de renda de pessoa jurídica. A movimentação dos valores pagos e declarados nos exercícios findo em 31 de dezembro de 2020 e 2019, está como segue:

Saldos em 01 de janeiro de 2019	4.560
JSCP declarado	4.292
IR fonte sobre JSCP	(644)
Pagamento de JSCP no exercício	(3.648)
Saldos em 31 de dezembro de 2019	4.560
JSCP declarado	**4.128**
IR fonte sobre JSCP	**(619)**
Pagamento de JSCP no exercício	**(3.648)**
Saldos em 31 de dezembro de 2020	**4.421**

21. Receita líquida de vendas e dos serviços prestados

	2020	2019
Receita de serviços	**136.336**	201.573
Receita de afretamento	**64.962**	68.818
Impostos sobre vendas	**(22.152)**	(29.994)
Total receita líquida de vendas e dos serviços prestados	**179.146**	240.397

22. Custo das vendas e dos serviços prestados

	2020	2019
Pessoal	**67.405**	65.721
Encargos previdenciários	**20.435**	21.039
Outros insumos na prestação de serviços	**7.863**	9.004
Transporte e logistica de pessoal	**9.347**	11.028
Manutenção e locações em geral	**8.172**	11.203
Terceiros prestadores de serviços	**14.011**	11.540
Depreciação e amortização	**11.079**	7.619
Depreciação de direito de uso	**613**	-
Outros	**2.852**	2.070
Total custo das vendas e dos serviços prestados	**141.777**	139.224

23. Despesas e receitas operacionais

	2020	2019
Pessoal	**(16.788)**	(14.472)
Encargos previdenciários	**(4.821)**	(4.142)
Materiais de consumo e manutenção de escritório	**(2.673)**	(3.711)
Serviços com terceiros	**(8.664)**	(6.419)
Aluguéis e condomínios	**(802)**	(495)
Depreciação e amortização	**(429)**	(372)
Comunicações	**(514)**	(596)
Energia elétrica	**(339)**	(351)
Provisão (reversão) para riscos e contingências	**70**	(169)
Treinamento e desenvolvimento	**(772)**	(963)
Outras despesas administrativas	**(2.228)**	(2.735)
Despesas administrativas	**(37.960)**	(34.425)
Impostos e taxas	**(43)**	(36)
Multas e mora	**(2.301)**	(242)
Perda na alienação de ativos	**-**	(53)
Reversão (provisão) para perdas de crédito esperadas para contas a receber e ativos de contrato	**1.017**	(5.581)
Sinistros recebidos (i)	**6.167**	-
Outras receitas	**1.298**	2.143
Outras (receitas) despesas operacionais	**6.138**	(3.769)
Total	**(31.822)**	(38.194)

(i) Uma embarcação pertencente a Companhia se envolveu em um abalroamento por imprudência de terceiros necessitando de docagem para reparo pelo período de 29 dias. Os custos com o reparo e manutenção, bem como, o montante referente ao "down time" do contrato da embarcação foram enviados à seguradora que realizou o pagamento do sinistro dentro das expectativas da Companhia.

24. Resultado financeiro, líquido

	2020	2019
Receita sobre aplicações financeiras	**137**	321
Juros e descontos obtidos	**360**	217
Variaçã cambial ativa	**4.041**	864
Outras receitas financeiras	**-**	31
Receitas financeiras	**4.538**	1.433
Juros sobre empréstimos e financiamentos	**(3.615)**	(3.273)
Juros sobre cessão de crédito	**(1.092)**	(550)
Despesas bancárias	**(765)**	(808)
Despesa financeira de arrendamento	**(243)**	-
Variação cambial passiva	**(3.095)**	(755)
Outras despesas financeiras	**(394)**	(219)
Despesas financeiras	**(9.204)**	(5.605)
Resultado financeiro	**(4.666)**	(4.172)

25. Instrumentos financeiros

A Companhia mantêm operações com instrumentos financeiros que são administrados por meio de estratégias operacionais e controles internos visando assegurar liquidez e rentabilidade. A política de controle consiste em acompanhamento permanente das condições contratadas *versus* condições vigentes no mercado. A Companhia não efetua aplicações de caráter especulativo, em derivativos ou quaisquer outros ativos de risco e, portanto, os resultados obtidos com estas operações estão condizentes com as políticas e estratégias definidas. As operações da Companhia estão sujeitas aos fatores de riscos abaixo descritos:

a) Risco de crédito

O risco de crédito é o risco de a contraparte de um negócio não cumprir uma obrigação prevista em um instrumento financeiro ou contrato com cliente, o que levaria ao prejuízo financeiro. A Companhia está exposta ao risco de crédito em suas atividades operacionais (principalmente com relação a contas a receber) e de financiamento, incluindo depósitos em bancos e instituições financeiras e outros instrumentos financeiros.

Para mitigar esses riscos, A Companhia adota como prática a análise da situação financeira e patrimonial de suas contrapartes, assim como o acompanhamento permanente das posições em aberto e gerenciamento ativo da inadimplência. Com exceção dos valores provisionados, a Administração não espera nenhuma perda decorrente de inadimplência dessas contrapartes. No que tange às aplicações financeiras e saldos de caixa e equivalente de caixa, a Companhia somente realiza operações com instituições financeiras de primeira linha, avaliadas por agências de *rating*, utilizando-se exclusivamente de instrumentos financeiros classificados como de baixo risco.

b) Risco de liquidez

A Companhia monitora continuamente a projeção de fluxo de caixa, a fim de garantir e assegurar as exigências de liquidez, as cláusulas dos contratos de empréstimo e caixa suficiente para atendimento às necessidades operacionais do negócio.

O excesso de caixa gerado pela Companhia é investido em contas correntes com incidência de juros e depósitos a prazo, escolhendo instrumentos com vencimentos apropriados para fornecer margem suficiente conforme determinado pelas previsões acima mencionadas.

c) Risco de mercado

O risco de mercado é o risco de que o valor justo dos fluxos de caixa futuros de um instrumento financeiro flutue devido a variações nos preços de mercado. Os preços de mercado englobam dois tipos de risco: risco de taxa de juros e risco cambial. Instrumentos financeiros afetados pelo risco de mercado incluem empréstimos a pagar, depósitos e instrumentos financeiros mensurados ao valor justo através do resultado.

25. Instrumentos financeiros--Continuação

c) Risco de mercado--Continuação

Risco de taxas de juros é o risco de que o valor justo dos fluxos de caixa futuros de um instrumento financeiro flutue devido a variações nas taxas de juros de mercado. A Companhia está exposta ao risco da variação das taxas do Certificado de Depósito Interfinanceiro ("CDI") e de Juros de Longo Prazo ("TJLP") para suas operações de aplicações financeiras e empréstimos e, dessa forma, seu resultado financeiro pode sofrer variação em decorrência da oscilação da variação desses indexadores financeiros. A Companhia gerencia o risco de taxa de juros mantendo uma carteira equilibrada entre aplicações financeiras e empréstimos a pagar sujeitos a taxas fixas e a taxas variáveis.

O risco de câmbio é o risco de que o valor justo dos fluxos de caixa futuros de um instrumento financeiro flutue devido a variações nas taxas de câmbio. A Companhia está exposta as oscilações das taxas de câmbio das moedas estrangeiras, basicamente com relação ao dólar dos Estados Unidos pelas importações de máquinas e equipamentos em dólar e empréstimos em moeda estrangeira.

d) Gestão de capital

Os objetivos da Companhia ao administrar seu capital são os de salvaguardar a sua capacidade de continuidade, a fim de apoiar os negócios, e maximizar o valor do acionista. Condizente com as melhores práticas do setor, a Companhia monitora o retorno sobre o capital investido. Não houve alterações quanto aos objetivos, políticas ou processos durante os exercícios findos em 31 de dezembro de 2020 e 2019.

e) Análise de sensibilidade dos ativos e passivos financeiros

Em 31 de dezembro de 2020, os principais riscos atrelados às operações da Companhia estão ligados à variação da TJLP e CDI para os empréstimos, respectivamente, junto a FINEP e outras instituições financeiras e CDI para aplicações financeiras.

Para cada cenário foi calculada a "receita e despesa financeira bruta" não levando em consideração a incidência de tributos sobre os rendimentos das aplicações. A data-base utilizada da carteira foi 31 de dezembro de 2020, projetando um ano e verificando a sensibilidade do CDI e TJPL em cada cenário.

25. Instrumentos financeiros--Continuação

e) Análise de sensibilidade dos ativos e passivos financeiros--Continuação

	Fator de risco	Valores expostos em 31/12/2019	-50%	-25%	Cenário provável	25%	50%
Aplicações financeiras	CDI	6.139	78	93	117	146	175
Empréstimos	CDI	46.193	(585)	(702)	(878)	(1.097)	(1.317)
Impacto líquido	CDI		(507)	(609)	(761)	(951)	(1.142)
Empréstimos	TJLP	13.334	(507)	(609)	(761)	(952)	(1.142)
Taxas consideradas	CDI		1,27%	1,52%	1,90%	2,38%	2,85%
Taxas consideradas	TJLP		3,81%	4,57%	5,71%	7,14%	8,57%
Taxas consideradas	Dolár		2,69	3,22	4,0301	5,04	6,05

Essas análises de sensibilidade têm por objetivo ilustrar a sensibilidade a mudanças em variáveis de mercado nos instrumentos financeiros da Companhia. As análises de sensibilidade acima demonstradas são estabelecidas com o uso de premissas e pressupostos em relação a eventos futuros. A Administração da Companhia revisa regularmente essas estimativas e premissas utilizadas nos cálculos. Não obstante, a liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores diferentes dos estimados devido à subjetividade inerente ao processo utilizado na preparação dessas análises.

f) Estimativa do valor justo

A Companhia aplica o CPC 40 para instrumentos financeiros mensurados no balanço patrimonial pelo valor justo, o que requer divulgação das mensurações do valor justo por nível. A tabela abaixo apresenta o ativo da Companhia mensurado pelo valor justo:

	2020	2019
Nível 2		
Ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado		
Aplicações financeiras restrita	**6.139**	6.012
Total aplicações financeiras restrita	**6.139**	6.012

26. Cobertura de seguros

A Companhia mantém apólices de seguro contratado junto a algumas das principais seguradoras do país que foram definidas por orientação de especialistas e levam em consideração a natureza e o grau de risco envolvido. Em 31 de dezembro de 2020 e 2019, a Companhia possuía cobertura de seguros contra incêndio e riscos diversos para os bens do ativo imobilizado e apólice de responsabilidade civil e são assim demonstradas:

Bens segurados	Riscos cobertos	2020	2019
Sede Administrativa	Incêndio, Desastres naturais, Despesas fixas, Alagamento, Letreiros, Danos elétricos, Quebra-vidros, Inundação, Roubo, Furto, Tumulto, Greve, *Lockout*, Vendaval, Furacão, Ciclone, Tornado, Granizo, Fumaça, Impacto de Veículo e responsabilidade civil	**2.000**	2.000
Bases e equipamentos operacionais	Incêndio, Alagamento, Danos elétricos, Quebra-vidros, Inundação, Roubo, Furto, Tumulto, Greve, *Lockout*, Vendaval, Furacão, Ciclone, Tornado, Granizo, Fumaça, Impacto de Veículo e responsabilidade civil	**40.570**	40.570
Veículos	Incêndio, colisão, roubo, furto, assistência, acidentes pessoais - coberturas passageiros	**100% Tabela FIPE**	100% Tabela FIPE
Embarcações	Abalroamento, prejuízos pela ocorrência de riscos inerentes à fortuna do mar, a incêndio, raio, terremoto, intempérie ou alijamento, barataria, rebeldia do capitão e/ou de tripulantes (inclusive motim a bordo, pilhagem, predação, detenção, retenção, desvio, encalhe, varação e afundamento da embarcação	**124.075**	124.075
Responsabilidade civil e D&O	Custos de Defesa e honorários dos advogados dos segurados para a defesa em juízo cível, trabalhista, penal e/ou em processo administrativo ou arbitral. Multas e penalidades cíveis e administrativas.	**3.000**	3.000

27. Eventos subsequentes

Em abril de 2021, a Companhia realizou a liquidação do empréstimo junto à FINEP utilizado para construção de duas embarcações da frota da Companhia, o que gerou a liberação da aplicação financeira restrita naquela data.

Em 2021, a Companhia obteve êxito na licitação de novos contratos com o cliente Petrobras no montante aproximado de R$800.000, com expectativa de receita reconhecida ao longo dos próximos três anos. Grande parte dos contratos se encontra em fase de mobilização e preparação, por esta razão, a Companhia buscou novas linhas de créditos para aquisição de máquinas e equipamentos, contratação e treinamento de pessoal, bem como, o aumento de sua frota de embarcações.

Nos dias 23 e 27 de julho de 2021, a Companhia firmou contratos de empréstimo com os bancos Itaú e Santander no valor total de R$50.000, sendo remunerado a taxa CDI+3,90% ao ano e com vencimento em novembro de 2021. Os recursos serão destinados para investimentos em novos *Remotely Operated Vehicles* (ROV), em linha com seu plano de crescimento no mercado de ROVs para operação em águas rasas e profundas, bem como, na mobilização dos novos contratos. Adicionalmente, foram adquiridos 17 novos ROVs em 2021 para atender as demandas mencionadas.